

# Revista Iberoamericana de Turismo



## VILARINHO DA FURNA: UM PROJETO MUSEOLÓGICO DE TURISMO SUSTENTÁVEL

**Manuel de Azevedo Antunes**

Doutor em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal.

Professor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal.

E-mail: [mantunes@ulusofona.pt](mailto:mantunes@ulusofona.pt)

### Resumo

Vilarinho da Furna era uma pequena aldeia da freguesia de S. João do Campo, do concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga, em Portugal, vizinha da Galiza. Provavelmente de origem romana, é possível que alguns dos traços da maneira de viver do povo de Vilarinho se filiassem na cultura dos povos pastores e ganadeiros indo-europeus, possivelmente lá introduzidos por migrações pré-romanas e reforçados pelas invasões suevas. Não fosse a sua riqueza etnográfica e a construção da barragem que pôs termo à sua existência e Vilarinho da Furna seria, hoje, uma aldeia esquecida, anónima como o seu passado, qual pérola perdida na vastidão das serras do Minho. Mas tal não aconteceu porque os olhos dos etnólogos descobriram em Vilarinho uma relíquia da velha organização comunitária, hoje agonizante, mas outrora muito difundida na Europa. Mesmo sem ser um caso único, o comunitarismo de Vilarinho era, pelo menos, um caso invulgar. Os traços fundamentais deste sistema comunitário situavam-se ao nível das condições económicas e da organização social. Até que uma Companhia construtora de barragens chegou, montou os seus arraiais e meteu mãos à obra. A barragem foi inaugurada em 21 de maio de 1972. Os anos passaram e, hoje, os furnenses estão organizados na Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna - AFURNA, criada em outubro de 1985, que tem por objetivo a defesa, valorização e promoção do património cultural, coletivo e/ou comunitário do antigo povo de Vilarinho. Esse património é, fundamentalmente, constituído pelas componentes histórico-cultural e socioeconómica. Daí as tarefas e/ou ações a desenvolver nas áreas da cultura, da formação, da investigação científica e do desenvolvimento económico-social, em articulação com o Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, entretanto criado. Nesse Museu pretende-se, principalmente, documentar a vida de Vilarinho da Furna, nas suas semelhanças e diferenças com outras aldeias da região. E fazer dele um Centro Cultural polivalente, com as necessárias infraestruturas para o desenvolvimento cultural e científico, ao serviço das populações em que se insere. Neste momento, é preocupação dos antigos habitantes de Vilarinho da Furna proceder a um aproveitamento integral do seu património, nomeadamente o económico, constituído por uns 2000 hectares de terreno. A implementação deste projeto, nas suas diversas componentes, reveste-se de singular interesse. De fato, trata-se de um projeto integrado, que transformará esta zona num importante pólo de desenvolvimento regional sustentável, com inestimáveis benefícios, não apenas para as populações aí residentes, mas para o próprio país, com inegáveis repercussões internacionais.

**Palavras-chave:** Ambiente. Cultura. Museu. Turismo. Vilarinho da Furna.

## 1 INTRODUÇÃO

A pequena aldeia de Vilarinho da Furna, situada no norte de Portugal, na serra do Gerês, a confrontar com a Galiza, é dos povoados mais estudados, em todo o mundo.

O interesse dos estudiosos por esta povoação, de origem remota, hoje desaparecida com uma barragem, vem, sobretudo, dos seus aspetos etnográficos, relacionados com a sua vida comunitária.

A barragem que, nos anos 70, do século passado, submergiu a antiga aldeia, trouxe-lhe uma outra vida, hoje presente na memória que se procura preservar no Museu

Etnográfico, no Museu Subaquático, na Associação dos seus antigos habitantes, enfim, no projeto de turismo sustentável que ali se está a implementar.

É a memória dessa aldeia que aqui se pretende evocar, neste número especial da Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR sobre “Museus, Turismo e Sociedade”.

Para isso, procurou-se, aqui, fazer um enquadramento histórico-natural da aldeia, com a busca das suas raízes comunitárias, a caracterização do seu comunitarismo e respetiva decadência, a destruição da aldeia, seguida da tentativa de valorização do seu património, nomeadamente a nível museológico, com um projeto de desenvolvimento turístico sustentável.

Como metodologia, houve recurso à bibliografia mais significativa sobre esta temática e, sobretudo, ao testemunho e experiência pessoal do autor, que se tem debatido pela preservação da memória e valorização do património da sua terra natal (ANTUNES, 1985, 1994, 2005).

## 2 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-NATURAL DA ALDEIA

Vilarinho da Furna era uma pequena aldeia da freguesia de S. João do Campo, situada no extremo nordeste do concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga, na Peneda-Gerês, em Portugal, vizinha de Espanha.

A sua origem perde-se na bruma dos tempos. Segundo uma tradição oral, que eu mesmo ouvi dos mais antigos, teria começado a sua existência por ocasião da abertura da célebre estrada da Geira, a XVIII do Itinerário de Antonino, que, de Braga, se dirigia a Astorga, num percurso de 240 Kms. Estava-se, segundo a opinião mais provável, pelos anos 70 da nossa era.

É possível que alguns dos traços da maneira de viver do povo de Vilarinho se filiassem na cultura dos povos pastores e ganadeiros indo-europeus, provavelmente lá introduzidos por migrações pré-romanas e reforçados pelas invasões suevas.

Mas tudo o que se pode dizer sobre o nascimento de Vilarinho da Furna se resume num levantar de hipóteses, num formular de perguntas que paira no ar, em busca de uma solução que ainda não se divisa.

Todavia, no meio de toda esta incerteza, um fato se apresenta incontestável: se não a sua origem romana, pelo menos a sua romanização. Aqui, como em muitas outras partes do império, os romanos chegaram, passaram e deixaram rasto.

Já lá vão quase dois mil anos!... Passado obscuro, quase sem história, é o passado de Vilarinho da Furna. Não fosse a sua riqueza etnográfica e a construção da barragem que pôs termo à sua existência, Vilarinho seria, hoje, uma aldeia esquecida, anónima como o seu passado, qual pérola perdida na vastidão das serras do Minho. Mas tal não aconteceu porque os olhos dos etnólogos descobriram em Vilarinho uma relíquia da velha organização comunitária, hoje agonizante, mas, outrora, muito difundida na Europa. Mesmo sem ser um caso único, o comunitarismo de Vilarinho era, pelo menos, um caso invulgar.

Fruto, em grande parte, do condicionalismo imposto pela serra áspera e vasta a um povo sedentário e agrícola, possivelmente havia pouco saído do nomadismo pastoril, esse sistema comunitário conseguiu sobreviver, até aos nossos dias, devido à sua organização interna e ao isolamento a que a aldeia de Vilarinho ficou votada durante longos séculos.

Engastada entre montanhas, sem outros horizontes que não fossem os píncaros da serra erguidos para o céu azul, Vilarinho era, no dizer de alguém “uma ilha da Ribeira no oceano revolto das agrestes montanhas graníticas” (RIBEIRO, 1948, p. XII).

Este, em traços gerais, o quadro natural em que Vilarinho nasceu, viveu e morreu (ANTUNES, 1985, p. 9-17).

### 3 AS RAÍZES COMUNITÁRIAS DA PENEDA-GERÊS

Como é sabido, quando a conquista romana da Península Ibérica se inicia, em 218 a.C., com o desembarque das tropas de Cneu Cipião, em Ampúrias, na atual região de Barcelona, já a Península era habitada por diversos povos. E, no que viria a ser o território português, encontramos, por essa altura, três grandes grupos étnicos: os Conii, a sul do Tejo; os Lusitanos, entre o Tejo e o Douro; e os Calécios, a norte do rio Douro (ALARCÃO, 1988, p. 14).

Foi, aliás, a *Callaecia*, juntamente com a *Asturia* e a *Cantabria*, a última zona do atual território português a ser conquistado por Roma, nas campanhas de 26 e 25 a.C., cerca de duzentos anos após o início da ocupação romana da Península Ibérica.

Mas os restos da arquitetura megalítica (que do norte de Portugal parece ter irradiado para a Galiza, Bretanha, Irlanda, etc.), com os seus dólmenes e cistas, menhires e arte rupestre, dos finais do Neolítico ou inícios da Idade do Bronze, testemunham bem a presença humana na Peneda-Gerês, pelo menos desde há 5000 anos a.C.

Presença essa que se acentuou por toda a Idade do Bronze e do Ferro, com a ocupação dos pontos altos como Castro Laboreiro, Castro de Calcedónia, Outeiro do Castro, etc., etc. É a época dos Castros Galaico-Portugueses, de influência Celta, oriunda da Europa Central, que dos séculos VIII a III a.C. se expandiu por toda a Península (AFONSO, s/d, p. 22-25).

A posterior romanização desta zona trouxe consigo, além das transformações político-administrativo-culturais, uma profunda modificação no regime de propriedade.

De fato, com o deslocamento das populações castrejas - onde dominava a propriedade comunitária - para as terras férteis dos vales, junto aos rios, deu-se uma ocupação individualista do solo, bem típica do modo de produção romano.

O que implicou uma radical transformação na economia local, até então essencialmente pastoril, para se tornar predominantemente agrícola. Tendo como consequência imediata um progressivo enfraquecimento do regime comunitário das populações locais.

Haverá que esperar pelas invasões germânicas, a partir dos princípios do séc. V da nossa era, para voltar ao incremento do comunitarismo, de que ainda restam alguns traços, por estas terras.

A primeira grande leva de germanos, constituída por Vândalos, Suevos e Alanos, chegou à Península no ano de 409. Repartidos entre eles os territórios a ocupar, pela Peneda-Gerês ficaram, principalmente, os Suevos, que estabeleceram a sua capital em Braga, de onde estenderam o seu reino para o sul, vindo a nele incorporar toda a orla ocidental da Lusitânia até ao Tejo.

Embora a capital do novo estado suevo continuasse a ser Braga, com a expansão para sul, Portucale, pequena cidade na margem esquerda do Douro, fundada em 137 a.C. pelo cônsul romano Décio Júnio Bruto, para comemorar a vitória contra os Calécios, na serra do Gerês (ANTUNES, 2005, p. 84-88), viu crescer a sua importância e nela residiram, por vezes, alguns reis suevos. E Portucale passou, cada vez mais, a designar o vasto território, a norte e sul do rio Douro, englobando parte da Calécia e da Lusitânia para, mais tarde, dar o nome a Portugal (AFONSO, s/d, p. 40).

O reino suevo durou 177 anos, de 409 a 585, altura em que foi conquistado pelos Visigodos. Mas os povos vencidos mantiveram sempre uma relativa independência, a

ponto de os reis vencedores se intitularem “Reis dos Visigodos e dos Suevos”, até à conquista muçulmana, no séc. VIII (AFONSO, s/d, p. 41). A que se sucedeu, como se sabe, a dita "reconquista cristã", que havia de conduzir, além do mais, à criação do reino de Portugal, no séc. XII.

De entre os Suevos, um grupo merece especial atenção. Trata-se dos Búrios que, originários da Germânia, dos vales superiores dos rios Óder e Vístula, se vieram estabelecer entre os rios Homem e Cávado. A própria toponímia ainda hoje assinala a presença deste povo: Santa Maria de Bouro, Santa Marta de Bouro, Carrazedo de Bouro, etc., etc., enfim, Terras de Bouro.

Aos Búrios se refere já Cornélio Tácito, escritor romano da segunda metade do primeiro século da nossa era, no seu livro *Germania* (SILVA, 1982, 1988).

Nota Tácito, entre outras características dos Búrios, a sua independência, o seu espírito guerreiro e o gosto de cavalgar no “burricus”, o garrano, não tão elegante como o cavalo romano, mas muito mais adaptado à rudeza das montanhas.

Com os Búrios e demais germanos, radica-se o comunitarismo por estas terras. É que, ao contrário dos romanos, exímios defensores da propriedade privada, os germanos valorizavam, sobretudo, a propriedade coletiva. Donde resultou o sistema de vida comunitário, que ainda hoje mantém alguns dos seus traços característicos, nestas comunidades montanhesas (ANTUNES, 1994, p. 9-13).

#### **4 PARA UMA CARATERIZAÇÃO DO COMUNITARISMO NA PENEDA-GERÊS**

Os traços fundamentais deste sistema comunitário situam-se ao nível das condições económicas e da organização social (ANTUNES, 1994, p. 13-19).

##### **4.1 As Condições Económicas**

As condições económicas desta área têm a ver, essencialmente, com a distribuição/exploração da propriedade. Assim, no que respeita à posse da terra, nas comunidades rurais, depara-se com uma propriedade privada, diferentemente repartida por vários detentores. Mas este tipo de propriedade tem, no entanto, o seu complemento numa outra propriedade coletiva, constituída pelos logradouros comuns, onde todos os moradores vizinhos podem apascentar os seus gados, roçar os matos, cortar lenhas, etc., de acordo com normas previamente definidas e democraticamente aceites.

De fato, foi, durante séculos, até aos nossos dias, das terras aráveis e dos montes agrestes que as populações da Peneda-Soajo-Amarela-Gerês extraíram a maior parte dos seus recursos, tanto individuais como coletivos.

Como refere Jorge Dias (1990, p. 51-52):

Quando estudei Vilarinho da Furna, aldeia situada num vale da serra Amarela, impressionou-me o papel que a natureza desempenhava na vida da comunidade. A sua agricultura e a sua economia pastoril eram uma maravilha de adaptação à variedade de condições oferecidas pela mobilidade do relevo, tipos de terrenos, existência ou ausência de águas de rega, etc. Evidentemente que a natureza não exigia uma única forma de adaptação, mas a que eles escolheram foi das mais adequadas.

E não se pense que os nossos antepassados foram um povo de miseráveis. Recorde-se, a propósito, o testemunho do alemão LINK (1805, p. 29-30), quando, em finais do séc. XVIII, passou por Vilarinho da Furna:

Vilarinho tem muitos habitantes ricos. [...] Tivemos de nos hospedar em casa dum habitante muito abastado, que nos indicou o guia, por não haver estalagem. [...] Os presuntos, o leite, a manteiga eram bons e em abundância. Tivemos ocasião de ver que a numerosa família do nosso hospedeiro vivia bem e comodamente, e que muitos camponeses alemães teriam motivo de invejar tal abundância. Prepararam-nos camas muito boas com lençóis brancos e limpos. Não esperávamos encontrar tais coisas numa casa daquelas [...].

O mesmo se poderia dizer de toda a área da Peneda-Gerês. É o testemunho de um germano sobre outros ex-germanos, um e outros descendentes de antepassados comuns!...

Todo o condicionalismo ecológico desta terra constituiu condições para uma atividade económica *sui generis* de interdependência entre os vastos maninhos serranos e a superfície agricultada. Dessa inter-relação surgira, em toda essa vasta zona, de Castro Laboreiro a Montalegre, uma abundante pecuária de gado caprino, lanígero e bovino, que, além de constituir uma importante fonte de recursos económicos para a população, possibilitara importantes fertilizações orgânicas para a superfície agrícola aproveitada.

A grande extensão dos terrenos maninhos corresponde a uma grande variedade de pastagens, que determinam várias formas de pastoreio, conforme os tipos de gados e as diferentes épocas do ano.

Mas esta estrutura agro-pastoril foi-se tornando cada vez mais insuficiente para satisfazer as necessidades crescentes de uma população que, durante séculos, vivera em quase completa autossuficiência.

A crescente pressão demográfica levava a uma excessiva divisão da propriedade minifundiária, acompanhada de um encarecimento dos prédios, que ocasionara uma supervalorização inoportuna para a rentabilidade da terra ou do trabalho. E os estímulos que os atuais meios de comunicação também aqui fizeram chegar, suscitaram o aparecimento de novas necessidades que o rendimento dos recursos locais nem sempre permitem satisfazer. O que, aliado às agressões político-administrativas do exterior, levou muitos a procurar um complemento económico noutras atividades, nomeadamente na emigração, do séc. XIX a esta parte, nas obras públicas, no turismo, enfim, nos setores secundário e terciário. O que acarretou, naturalmente, alterações no sistema comunitário destas gentes.

## 4.2 A Organização Social

As atividades económicas destas comunidades serranas, entre as quais se contava Vilarinho da Furna, desenvolveram-se num quadro típico de organização social, intimamente ligado às condições ambientais. Embora a natureza não exigisse uma única forma de adaptação, a escolhida, com as suas variantes, foi, certamente, das mais adequadas.

A base dessa organização assenta na assembleia dos representantes das várias famílias da povoação, que reúne com uma certa periodicidade. Em Vilarinho reunia-se, geralmente, às quintas-feiras, embora o pudesse fazer noutros dias, sobretudo de noite, se assim o exigissem as circunstâncias.

Essa assembleia, chamada Junta, Acordo, Conselho, etc., é a herdeira do antigo *conventus publicus vicinorum* (assembleia pública dos vizinhos) do reino visigótico. É nessa assembleia que se analisam, até à exaustão, os problemas que a todos dizem respeito, e se decidem, por vontade expressa da maioria, as soluções a adoptar (ANTUNES, 1994, p. 16).

A Junta era a mais perfeita expressão da democracia popular.

Essa assembleia era dirigida por um Juiz, Zelador, Juiz de Vintena, Procurador, Mordomo, Chamador, ..., que tanto podia ser eleito como escolhido rotativamente, entre os membros da assembleia, por um determinado período.

Em Vilarinho da Furna, o Juiz ou Zelador, totalmente independente das autoridades administrativas oficiais, era obrigatoriamente escolhido para um reinado de seis escassos meses, entre os homens casados da Junta, segundo a lista dos seus casamentos.

Era ao Juiz que competia convocar a Junta, através de um toque convencional de buzina, ou chifre de boi, e fazer a chamada. Um secretário improvisado anotava as presenças e ausências. Aquele que, sem justificação, não estivesse presente à segunda chamada, era multado. Caso a ausência se prolongasse por todo o dia, a multa, além de ser maior, implicava, geralmente, um dia de trabalho que o multado devia dar à comunidade.

Feita a chamada, o Juiz passava à aplicação das multas àqueles que transgrediram o código a partir da última Junta. A estas multas nem o próprio Juiz se podia furtar. No entanto, era sempre garantido a qualquer um o direito de defesa e de acusação públicas.

Vinha, depois, a apresentação dos problemas. Todos, um de cada vez, iam ser animada e calorosamente discutidos, chegando-se sempre a uma solução prática a tomar, de acordo com a vontade expressa da maioria. Em caso de empate, cabia ao Juiz tomar a decisão.

Quando fosse preciso estabelecer novas multas, era aos Seis, espécie de câmara legislativa auxiliar do Juiz, formada por seis membros, e, como ele, escolhidos por um período de seis meses, que cumpria determinar a quantia e as condições das mesmas.

As penas mais graves podiam ir até à expulsão de vizinho, verdadeira condenação ao ostracismo, em casos de manifesta rebeldia no acatamento das normas da terra.

Eram muitos e variados os trabalhos que se apresentavam à Junta, periódicos uns, extraordinários outros. Assim, ela tinha que tomar medidas acerca da reparação e abertura de caminhos, organização da vida pastoril, distribuição das águas de rega, divisão dos matos a roçar, madeiras a cortar, montarias aos lobos, marcação das vindimas, etc., etc., e, ultimamente, nos últimos anos da vida de Vilarinho, estabelecer a melhor estratégia de luta contra a Companhia construtora da barragem, o único inimigo que se lhe apresentou como invencível.

Esta organização, que, durante séculos, na Peneda-Gerês, passou de geração em geração, através dos usos e costumes, foi, a partir do séc. XVIII, objeto de contratos por escrituras públicas dos moradores de diversas povoações, feitas em tabelião. Assim aconteceu, por exemplo, em: Seara, Rio Caldo, em 1778; Paredes, Rio Caldo, em 1800; Covide, em 1802 e 1861; Rio Caldo, em 1811 e 1884; Vilarinho da Furna em 1841; S. João do Campo, em 1857; etc. (CAPELA, 1992, p. 92-111). São já os efeitos da centralização político-administrativa, também aqui, a se fazer sentir.

## 5 A DECADÊNCIA COMUNITÁRIA

A partir do séc. XIX, estas comunidades rurais começam também elas a ser cada vez mais objeto de uma profunda transformação sócio-político-económica.

O espírito individualista da época, a par do reforço dos poderes político-jurídico-administrativos do Estado e Municípios, também aqui fez chegar as suas

consequências. E o crescimento demográfico, aliado à expansão agrícola, teve a sua quota parte de responsabilidade neste processo.

Neste contexto, são sintomáticas as palavras de Alexandre Herculano (1898, p. 33): “A existência de baldios municipais, dos pastos comuns, é um dos mais graves embaraços ao progresso da agricultura entre nós”.

Este pensamento fisiocrático-liberal levou à produção da mais diversa legislação sobre os baldios, toda ela apontando para a sua desintegração: divisão dos baldios pelos moradores vizinhos e transferência da administração dos baldios para as Câmaras Municipais (PORTUGAL, 1804, 1815, 1842, 1850, 1869).

Como se isso não bastasse, é o próprio Estado que, a partir de 1888, inicia a usurpação, pela força das armas, dos 10.000 hectares da serra do Gerês, tentando arrancá-los às populações que os geriam e fruía desde tempos imemoriais (REVISTA, 1908).

Esta política de usurpação foi continuada até aos nossos dias, com o alargamento dos Serviços Florestais pela área da Peneda-Soajo-Amarela-Gerês, sobretudo a partir da década de 40, do século passado. E o próprio Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), criado em 1971, para realizar "um planeamento científico a longo prazo, valorizando o homem e os recursos naturais existentes, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas" (PORTUGAL, 1971), não concretizou nenhum desses objectivos, quase se limitando a proibir e/ou dificultar a iniciativa local.

Pior ainda foi a construção de várias barragens, nos rios Cávado, Rabagão, Homem e Lima, com a destruição de aldeias inteiras, sem quaisquer benefícios para as populações locais, constituindo a machadada final no nosso sistema comunitário, nos nossos sistemas ecológicos, enfim, no nosso milenar equilíbrio Homem/Natureza.

Mesmo as comunidades ainda sobreviventes estão, neste momento, encurraladas entre a água das albufeiras e os pinheiros dos florestais (ARAÚJO, 1988, p. 8). Nestas condições, não há cultura, não há ecossistema, não há ambiente, não há desenvolvimento, não haverá Parque Nacional que resista!...

Em consequência, há uma fuga massiva da população, como se documenta no Quadro 1:

**Quadro 1** - População residente nos concelhos do PNPG

CONCELHO	POPULAÇÃO RESIDENTE 1981	POPULAÇÃO RESIDENTE 1991	POPULAÇÃO RESIDENTE 2001	POPULAÇÃO RESIDENTE 2011	Δ (1981/2011) %
MELGAÇO	13246	11018	9974	9213	-30,5
ARCOS DE VALDEVEZ	31156	26976	24724	22847	-26,7
PONTE DA BARCA	13999	13142	12899	12061	-13,8
TERRAS DE BOURO	10131	9406	8320	7253	-28,4
MONTALEGRE	19403	15464	12792	10537	-31,9
<b>TOTAL</b>	<b>87935</b>	<b>76006</b>	<b>68709</b>	<b>61911</b>	<b>-29,6</b>

Fonte: Adaptado de INE (1983; 1994; 2002; 2012)

Como se pode ver, assistiu-se, nas últimas três décadas, a uma diminuição de 26024 pessoas (29,6%), mais do que a população de qualquer dos concelhos.

Nestas circunstâncias, é mesmo de perguntar:

- Que desenvolvimento para a Peneda-Soajo-Amarela-Gerês?

Considera-se que não há outra alternativa que não seja um desenvolvimento sustentável desta terra, o mesmo é dizer, um aproveitamento e valorização dos recursos

pelas populações, com as populações e para as populações, no equilíbrio Homem/Natureza, sem comprometer o futuro das gerações vindouras. E, definitivamente, sem o Estado que, além de ser um mau capitalista e um péssimo socialista, foi e é - alguma vez deixará de o ser? - o principal delapidador da Natureza (ANTUNES, 1994, p. 19-23).

## 6 A DESTRUIÇÃO DE VILARINHO DA FURNA

Os planos para um aproveitamento nacional dos rios portugueses datam das primeiras décadas do século XX. Mas é apenas com o Estado Novo que são lançadas as grandes obras de engenharia para a regularização dos principais cursos de água do país. Como refere Tiago Saraiva (2006, p. 0):

A partir dos anos 30 inicia-se assim uma autêntica colonização interna de Portugal, com o Plano de Hidráulica Agrícola a prometer o povoamento de grandes áreas do território nacional. Nos anos do pós-guerra a tendência para pensar o país desde os gabinetes dos engenheiros em Lisboa intensifica-se, com os Planos de Fomento a financiarem não apenas ambiciosos projectos de irrigação como o Plano de Rega do Alentejo, mas sobretudo a canalizarem verbas para a construção de grandes barragens hidroeléctricas nas bacias do Cávado e do Zêzere.

De fato:

O grande impulso para o sector eléctrico em Portugal surgiu a partir de 1940, nomeadamente com a Lei 202, de 1944, que definiu as linhas mestras da electrificação do País. O que levou à criação das primeiras grandes empresas hidroeléctricas portuguesas: a Hidroeléctrica do Zêzere, para fornecer energia a Lisboa; a Hidroeléctrica do Cávado, para abastecer a cidade do Porto; a Hidroeléctrica do Douro; a que se juntou a Companhia Nacional de Electricidade, com a concessão das linhas e subestações de transporte, e a Termoeléctrica Portuguesa (ANTUNES *et al.*, 2005, p. 10).

Embora, desde finais de anos de 1940, se falasse na possibilidade da construção de uma barragem em Vilarinho da Furna, a decisão só foi tomada na década de 1960, depois do povo de Vilarinho ter ganho, em tribunal, um processo contra o Estado português (ANTUNES, 2005, p. 193-197).

Por essa altura, também o presidente do conselho de administração da, então, Hidroeléctrica do Cávado – HICA, Eng.º José Albino Machado Vaz, assumiu a pasta do Ministério das Obras Públicas (12/4/1967-27/4/1968), do governo de Salazar.

Finalmente, o espectro da barragem que pairava sobre Vilarinho caiu sobre a povoação como um abutre esfaimado.

A companhia construtora da barragem chegou, montou os seus arraiais e meteu mãos à obra. Esta surgiu progressiva e implacavelmente.

O êxodo do povo de Vilarinho pode localizar-se entre setembro de 1969, quando, na aldeia, foram afixados os editais a marcar o tapamento da barragem, e outubro de 1970,

De um ano dispuseram, pois, os habitantes de Vilarinho para fazer os seus planos, procurar novas terras e proceder à transferência dos seus móveis.

As 57 famílias que habitavam esta povoação procuraram fixar-se noutras paragens, investindo, geralmente, na agricultura os poucos contos de uma escassa indemnização que

receberam da, então, Companhia Portuguesa de Electricidade - CPE. Pelo conjunto de toda a aldeia, e respetivos terrenos de cultivo, ofereceu a CPE 20.741.607\$00, o que equivale a 5 escudos portugueses (2,5 cêntimos, atuais) por metro quadrado, incluindo as casas. Se forem excluídas as construções, foi pago meio escudo por cada metro quadrado de Vilarinho, o equivalente a meia sardinha, a preços da época (ANTUNES, 1994, p. 24).

Mas, enfim, chegou o momento da fuga e não houve tempo a perder. Cada um procurou levar consigo tudo o que pôde. Os telhados desaparecem de dia para dia. Apenas ficaram as paredes nuas...

A própria imagem do Crucificado foi transportada para a aldeia vizinha, para nunca mais voltar a Vilarinho.

Os turistas levaram os seus carros até à aldeia, pela primeira e última vez, através de um estradão que os próprios moradores tiveram que fazer.

Os artistas fixaram na tela as últimas recordações. Vilarinho transformou-se num monte de ruínas.

Amortalhada num espesso manto de neve, Vilarinho ficou pronta para ser coberta pelo mortífero lençol de água.

A barragem foi tapada em fevereiro de 1971. Mas só foi inaugurada, com pompa e circunstância, em 21 de maio de 1972.

Segundo A. Lopes de Oliveira (s/d, p. 118):

Após a bênção das novas instalações por D. Francisco Maria da Silva, Arcebispo Primaz, o Chefe do Estado dirigiu-se para a sala das máquinas, na companhia dos engenheiros Machado Vaz e Ivo Gonçalves. Às 12,40, o Chefe do Estado premiou o motor de arranque da central e assim iniciou, oficialmente, a vida de mais esta barragem.

Foi esse mesmo Machado Vaz, que, na década anterior, havia trocado a presidência do conselho de administração da HICA pelo Ministério das Obras Públicas, para, logo de seguida, incrementar a construção da Barragem de Vilarinho da Furna.

Os habitantes de Vilarinho foram dispersos pelas mais variadas terras dos concelhos de Braga, Viana do Castelo, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Barcelos, Vieira do Minho, Terras de Bouro, etc., etc., onde encontraram novas gentes, novos costumes.

Da vida e recantos da aldeia comunitária não resta mais que um sonho. Sonho que é continuado no Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, construído com as próprias casas da aldeia comunitária, que se espera venha a ser um importante Centro de Cultura (ANTUNES, 1994, p. 23-25).

## **7 PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO COMUNITÁRIO DE VILARINHO DA FURNA**

Apesar da destruição da aldeia, que ocasionou a dispersão da população, a morte transformou-se no princípio de uma vida nova para os Desenraizados de Vilarinho da Furna.

Os anos passaram e, hoje, essa população está organizada na Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna - AFURNA, criada em Outubro de 1985, que tem por objetivo a defesa, valorização e promoção do património cultural, coletivo e/ou comunitário do antigo povo de Vilarinho.

Esse patrimônio de Vilarinho é, fundamentalmente, constituído pelas componentes histórico-cultural e socioeconómica. Daí as tarefas e/ou ações a desenvolver nas áreas da cultura, da formação, da investigação científica e do desenvolvimento económico-social. O que trará consigo, além do mais, a criação de um polo de desenvolvimento regional, com incalculáveis benefícios para o próprio país.

### 7.1 Ação Cultural e Científica

A aproximação do termo da construção da barragem, nos finais dos anos sessenta, levou o autor a estabelecer um programa de salvaguarda do patrimônio cultural de Vilarinho, já, então, mundialmente conhecido. Daí surgiu a ideia da construção do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna. Vários anos se passaram, e o Museu, feito com as próprias habitações da aldeia submersa, foi, finalmente, construído, pela Câmara Municipal de Terras de Bouro, segundo projeto dos Arq.ºs João e Delmira Rosado Correia, a escassos Kms da antiga povoação de Vilarinho. A inauguração do edifício foi feita pelo, então, Primeiro Ministro, Professor Doutor Cavaco Silva, em 14 de maio de 1989.

Nesse Museu pretende-se, principalmente, documentar a vida de Vilarinho da Furna, nas suas semelhanças e diferenças com a dos outros povos da região. E fazer dele um Centro Cultural polivalente, com as necessárias infraestruturas para o desenvolvimento cultural e científico, ao serviço das populações da região em que se insere. O que começou por implicar o equipamento, ainda que modesto, do próprio Museu.

Além da exposição permanente, deverão ser organizadas, no Museu, exposições temporárias, quer com o acervo do próprio Museu, quer com outras peças etnográficas e/ou obras de arte. E, para possibilitar a investigação, terá de haver uma Biblioteca e Centro de Documentação, com os indispensáveis meios audiovisuais.

Nas instalações do Museu estão também a funcionar a sede d'AFURNA e as Portas do PNPg, com uma exposição sobre a serra do Gerês.

Está na altura de se proceder a uma ampliação das coleções existentes, com novas recolhas a ser levadas a cabo entre os antigos habitantes de Vilarinho da Furna e em todas as povoações do concelho de Terras de Bouro.

Por outro lado, há necessidade de continuar a estudar cientificamente a documentação etnográfica existente, bem como avançar com a pesquisa arqueológica, histórica, económica, biológica, demográfica, etc., da região.

E, com a organização regular de palestras, colóquios, seminários, congressos, far-se-á do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna uma verdadeira instituição cultural e científica, ao serviço da sociedade em que se insere, nesta zona que bem carece de fomentar um coerente desenvolvimento regional, ao serviço das populações que aí habitam.

Neste momento, é muito gratificante verificar que, em torno do Museu de Vilarinho, já se constituiu um interessante núcleo museológico com as Portas do PNPg e o Museu da Geira, aberto ao público em 2013, assim como surgiram algumas empresas, nas redondezas, com uma excelente oferta turística, aproveitando os recursos desta região. Além do Museu Subaquático de Vilarinho da Furna, em funcionamento regular desde 2001, com largas de dezenas de mergulhadores a visitar, anualmente, a antiga aldeia submersa.

### 7.2 Ação Económica

Apesar de fortemente afetado com a barragem, o patrimônio de Vilarinho da Furna ainda conta com cerca de 2000 hectares de terrenos, dispersos pelas serras da Amarela e do Gerês. São terrenos comunitários que, devido às lutas contra as investidas dos Serviços

Florestais, desde finais do séc. XIX, acabaram por se transformar numa propriedade privada dos descendentes dos outorgantes, naturais de Vilarinho, que constam de uma escritura de aforamento dos respetivos terrenos, feita pela Câmara Municipal de Terras de Bouro, em 17 de agosto de 1895.

Neste momento, é preocupação dos antigos moradores de Vilarinho da Furna proceder a um aproveitamento integral desse património. Para o que se prevê:

- A reflorestação dos referidos terrenos, situados nas serras Amarela e Gerês;
- A criação de uma reserva faunística;
- A dinamização do Museu Subaquático de Vilarinho da Furna;
- Um aproveitamento turístico que defenda e valorize o património ecológico existente.

A reflorestação considera-se uma tarefa prioritária. De fato, além da serra ter uma escassa cobertura vegetal, está constantemente sujeita a fogos e a uma intensa erosão. Por isso se prevê, além da plantação com espécies nativas, a criação de infraestruturas adequadas, a limpeza e vigilância sistemáticas.

A par da reflorestação, procurar-se-á criar condições para um natural desenvolvimento das espécies faunísticas típicas da região, a partir da reconstituição dos seus *habitats*. Nomeadamente para proteção e desenvolvimento do javali, do corço, espécie já muito rara no nosso país, da raposa, do texugo, do gato bravo, da perdiz, da águia real, entre outras.

Dentro dessa área, pretende-se também fazer a criação, seleção e apuramento do garrano ibérico, raça cavalar primitiva, em risco de perder a sua pureza devido a uma miscigenação com outras raças de cavalos que proliferam na região. O garrano, provavelmente aqui introduzido pelos Búrios, no séc. V da nossa era, perfeitamente adaptado às condições agrestes da região, é um valor genético nacional que urge preservar.

Esta região montanhosa, revestida de uma flora apropriada, com várias espécies melíferas, constitui uma zona de excelência para a apicultura. O fomento da apicultura, baseado em métodos modernos, em que as colmeias já substituem os velhos cortiços, constituirá uma importante fonte de rendimentos, de colocação garantida junto dos turistas que, durante quase todo o ano, afluirão à região, se nela encontrarem condições.

Toda a área em questão, a preservar como reserva turística e ecológica, tem de ser defendida.

Para apoio ao turismo de natureza, já bastante praticado na região, serão desenvolvidas as necessárias infraestruturas. E os turistas deslocar-se-ão pela serra, em passeios, a pé ou a cavalo, com ou sem guias. Os percursos serão convenientemente estudados e divulgados os itinerários mais interessantes e recomendáveis.

Para os turistas que fizerem maiores deslocações, haverá abrigos de montanha, devidamente sinalizados, onde será possível pernoitar, perfeitamente integrados na paisagem e fiéis aos tipos de construção originária dos povos da região.

Neste momento, estão a ser recuperadas as antigas cabanas dos pastores, que poderão fornecer excelentes pontos de apoio a quem se aventurar pela serra.

Poderá ser necessário estabelecer zonas de reserva integral, onde será completamente vedado o acesso de pessoas, para que não se perturbem as espécies e *habitats* que careçam de maior tranquilidade.

A reserva terá que ser provida do número de guardas e guias necessários para o seu bom funcionamento, tanto durante a época de mais intensa utilização - fim da primavera a princípio do outono -, como durante o resto do ano, no inverno, protegendo a área dos caçadores furtivos e intrusos, e fiscalizando toda a zona.

Nos terrenos comunitários de S. João do Campo, em ligação com os terrenos de Vilarinho, sitos na Serra do Gerês, há condições excelentes para o desenvolvimento da pastorícia de gado bovino, ovino e caprino, além de outras espécies domésticas. O que, aliado à agricultura regional e à pesca de truta, na albufeira de Vilarinho, permitirá o desenvolvimento da gastronomia da região.

O artesanato local, para o que já existe um Centro, na vizinha freguesia de Covide, em ligação com o Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, já tem uma considerável procura, com os consequentes postos de trabalho.

Por tudo isso, é de crer que o conhecimento e divulgação do mundo rural desta região trará a sua promoção, levando os seus habitantes a conservarem os seus valores culturais, ao mesmo tempo que incentivará as populações locais a permanecerem na região, quando aí puderem encontrar postos de trabalho devidamente condignos. A melhoria das condições económicas acarretará a melhoria das condições de vida.

A implementação deste projeto, nas suas diversas componentes, reveste-se de singular interesse. De fato, trata-se de um projeto integrado, que transformará esta zona num importante polo de desenvolvimento regional e turismo sustentável, com inestimáveis benefícios, não apenas para as populações aí residentes, mas para o próprio país, com inegáveis repercussões internacionais (ANTUNES, 1994, p. 25-32).

## 8 CONCLUSÃO

O meio rural, com o seu tradicional modo de vida, está hoje seriamente ameaçado por toda a Europa. A destruição, pura e simples, da aldeia comunitária de Vilarinho da Furna é disso um exemplo típico.

Mas, parte do seu patrimônio conseguiu sobreviver. É esse mesmo patrimônio que os antigos habitantes de Vilarinho se propõem salvaguardar e valorizar. Protegendo a natureza, desenvolvendo a cultura e a ciência, criando postos de trabalho, melhorando as condições de vida das populações locais, com um projeto museológico de turismo sustentável. No interesse do nosso povo. Para benefício do país (ANTUNES, 1994, p. 32).

### **VILARINHO DA FURNA: A DESIGN MUSEUM OF SUSTAINABLE TOURISM**

#### **Abstract**

*Vilarinho da Furna was a small village in the parish of São João do Campo, of the municipality of Terras de Bouro, district of Braga, in Portugal, neighboring Galicia. Village probably of Roman origin, it is possible that some of the traits the way of living of the people of Vilarinho had its origins in the culture of pastoral peoples and Indo-European cattle ranchers, possibly introduced there by pre-Roman migrations and reinforced by the Swabians invasions. Was not his ethnographic richness and the dam construction, that ended its existence, and Vilarinho da Furna would be, today, a forgotten village, anonymous as it past, what pearl lost in the vastness of the mountains of Minho. But it did not happen because the eyes of anthropologists found in Vilarinho a relic of the old community organization, now dying, but once widespread in Europe. Even without a single case of communitarianism, Vilarinho was, at least, an unusual case. The main features of this community system were located in terms of economic conditions and social organization. Until a builder of dams Company arrived, set up their tents and got down to work. The dam was inaugurated on May 21, 1972. The years passed and today the inhabitants of Vilarinho are organized in the Association of Former Residents of Vilarinho da Furna (AFURNA), created in October 1985, which aims to defense, development and promotion of cultural heritage, collective and / or community of the ancient people of Vilarinho. This heritage is fundamentally constituted by the historical-cultural and socio-economic components. Hence the tasks and / or actions to develop in the areas of culture, education, scientific research and economic and social development, in conjunction with the Ethnographic Museum of Vilarinho da Furna, however created. This museum is intended primarily to document the life of Vilarinho da Furna, on their similarities and differences with other villages, in the region. And make it a multipurpose cultural center, with the necessary infrastructure for the cultural and scientific development, serving the populations in which it operates. It is currently concern of the ancient inhabitants of Vilarinho da Furna conduct a full use of their assets, including the economic, comprising some 2000 ha of land. The implementation of this project in its various components, is of singular*

*interest. In fact, it is an integrated project which will transform the area into a major hub of regional sustainable development, with inestimable benefits, not only for the people living there, but for the country itself, with undeniable international repercussions.*

**Keywords:** Culture. Environment. Museum. Tourism. Vilarinho da Furna.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, A. Martins. **História da Civilização Portuguesa**. 7 ed. Porto: Porto Editora, s/d.

AFURNA. Disponível em: <http://afurna.no.sapo.pt/>. Acedido em: 26 ago. 2014.

ALARCÃO, Jorge. **O domínio romano em Portugal**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988.

ANTUNES, Manuel de Azevedo. **Vilarinho da Furna: memórias do passado e do futuro**. 2 ed. Lisboa: CEPAD/ULHT, 2005.

\_\_\_\_\_. **Requiem por Vilarinho da Furna: uma aldeia afundada**. Lisboa: Biblioteca da Universidade Lusófona, 1994.

\_\_\_\_\_. **Vilarinho da Furna: uma aldeia afundada**. Lisboa: A Regra do Jogo, Edções, 1985.

ANTUNES, Manuel de Azevedo; DUARTE, Lucinda Coutinho; REINO, João Pedro. Barragens em Portugal: de Vilarinho da Furna à aldeia da Luz, com passagem pelo Douro internacional. **Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias**, n. 10, p. 10-17, 2005.

ARAÚJO, José António. Prefácio. In: SILVA, Domingos Maria da. **Os Búrios**. Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1988.

CAPELA, Maria da Conceição R. P.; CAPELA, José V. A gestão do património e actividades económicas nas comunidades agro-pastoris da serra do Gerês: (Perspectivas dos regimentos dos séculos XVIII e XIX), p. 92-111. **Terras de Bouro: o homem e a serra**. Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1992.

DIAS, Jorge. Problemas e métodos em estudos de comunidade. **Estudos de Antropologia**, v. 1, p. 100-117. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.

HERCULANO, Alexandre. Breves reflexões sobre alguns pontos da economia agrícola, 1849. **Opusculos**, t. VII, p. 21-44. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, Editores, 1898.

INSTITUTO Nacional de Estatística: Portugal - INE. **Censos 2011: resultados definitivos**. Lisboa: INE, 2012.

\_\_\_\_\_. **Censos 2001: resultados definitivos**. Lisboa: INE, 2002.

\_\_\_\_\_. **Censos 91: resultados definitivos**. Lisboa: INE, 1994.

\_\_\_\_\_. **Recenseamentos da população e da habitação: 1981**. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1983.

LINK, M. **Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799**, t. 2, Paris: Levrault, Schoell et C<sup>gnie</sup>, 1805.

MUSEU DA GEIRA. Disponível em: <https://www.facebook.com/MuseuDaGeira>. Acedido em: 26 ago. 2014.

OLIVEIRA, A. Lopes de. **Terras de Bouro**. Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro, s/d.

PORTUGAL. **Preâmbulo do Decreto nº 187/71**, de 8 de Maio de 1971.

\_\_\_\_\_. **Lei de 26 de Agosto de 1869**.

\_\_\_\_\_. **Lei de 26 de Julho de 1850**.

\_\_\_\_\_. **Código Administrativo de 1842**.

\_\_\_\_\_. **Alvará de 11 de Abril de 1815**.

\_\_\_\_\_. **Alvará de 27 de Novembro de 1804**.

REVISTA. **Ilustração Portuguesa**. Lisboa:1908.

RIBEIRO, Orlando. Prefácio. In: DIAS, Jorge. **Vilarinho da Furna**: uma aldeia comunitária. Porto: Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1948.

SARAIVA, Tiago. Paisagem Tecnológica: as grandes barragens e a colonização do território português no século XX. In: Comunicação apresentada no CONGRESSO IBÉRICO GESTÃO PLANEAMENTO DA ÁGUA, 5., 2006. Faro: Fundação Nova Cultura da Água / Universidade di Algarve, 4-8 dezembro 2006.

SILVA, Domingos Maria da. **Os Búrios**, Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1988.

\_\_\_\_\_. **De Buricis**: (acerca dos Búrios). Braga, 1982.

VILARINHO DA FURNA: Museu Etnográfico. Disponível em:

[http://www.cafeportugal.pt/pages/sitios\\_artigo.aspx?id=7755](http://www.cafeportugal.pt/pages/sitios_artigo.aspx?id=7755). Acedido em: 26 ago. 2014.

Artigo recebido em 28/08/2014. Aceito para publicação em 30/09/2014.